

**POLÍTICA SOCIAL** *Entre crianças de 7 a 13 anos, que são 70,3% das atendidas, 95% já estão na escola sem receber benefício, diz estudo*

# Bolsas erram foco e priorizam os 'com-escola'

# NO RIO E EM SÃO PAULO, PROGRAMAS SOCIAIS NÃO TÊM FOCO EM QUEM PRECISA MAIS



Pessoas de 5 a 17 anos de idade que participam de programas sociais de educação (%)

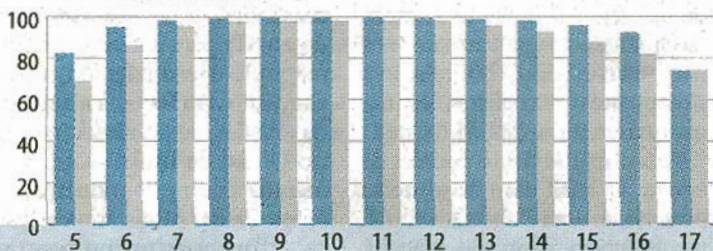
Renda média familiar per capita dos que recebem o benefício

% de atendimento entre as famílias que estão entre as 20% mais pobres

Estado	Pessoas de 5 a 17 anos de idade que participam de programas sociais de educação (%)	Renda média familiar per capita dos que recebem o benefício	% de atendimento entre as famílias que estão entre as 20% mais pobres
Piauí	36,1	83,76	41,6
Maranhão	33,7	92,57	38,0
Paraíba	33,7	99,96	41,2
Bahia	32,9	83,71	40,3
Ceará	31,5	92,28	37,2
Tocantins	29,9	113,58	36,0
Rio Grande Norte	28,2	93,49	35,2
Alagoas	27,9	78,57	33,0
Pernambuco	27,0	83,54	34,4
Amapá	24,3	96,29	34,2
Sergipe	24,1	81,72	33,8
Acre	23,7	119,26	34,1
Minas Gerais	20,9	113,80	35,8
Espírito Santo	20,7	114,54	33,7
Mato Grosso Sul	20,6	130,15	33,2
Goiás	19,9	126,45	34,0
Pará	19,6	125,83	24,5
Paraná	18,8	129,80	37,5
Roraima	16,8	187,48	21,7
Mato Grosso	15,8	139,70	22,3
Rio Grande Sul	14,8	132,20	29,8
Distrito Federal	14,2	151,71	28,9
Amazonas	13,6	110,37	19,4
Rondônia	13,1	141,40	17,2
Santa Catarina	10,5	156,87	29,6
São Paulo	8,4	154,73	17,6
Rio de Janeiro	7,7	193,04	15,3
Brasil	19,7	110,33	33,0

## Frequência escolar das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por idade

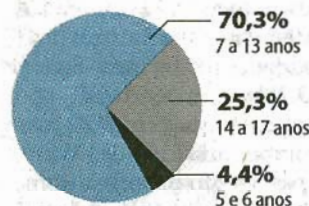
■ Recebem benefício  
■ Não recebem



IDADE EM ANOS



## Proporção de pessoas, por grupo etário, entre as beneficiadas



## **Bolsas erram foco e priorizam os "com-escola"**

Antônio de Gois, da Sucursal do Rio

Os programas sociais voltados para a educação -como o Bolsa-Família, do governo federal, e outros similares- concentram esforços nos grupos etários que menos precisam de ajuda para freqüentar a escola e seriam mais eficazes se dessem prioridade a crianças de cinco e seis anos ou de 14 anos ou mais. Além disso, há problemas de focalização (fazer chegar o benefício aos realmente mais pobres) nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, justamente os que apresentam a menor cobertura de crianças beneficiadas entre todos os Estados. Há também aspectos positivos: 1) a porcentagem de beneficiados pelos programas que estão fora da escola é de só 2,2% -entre os não beneficiados, ela é de 11,6%; 2) quando se analisa todo o Brasil, os benefícios estão chegando principalmente aos mais pobres. É o que indicam tabulações feitas a partir da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2003, do IBGE, pelo presidente do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade) e ex-presidente do IBGE, Simon Schwartzman. Para chegar a essas conclusões, o autor fez uma análise do perfil socioeconômico das famílias que, segundo a Pnad, eram beneficiárias de programas sociais voltados para a educação. A primeira conclusão é que esses programas estão mal focalizados do ponto de vista educacional, concentrando esforços nos grupos que menos necessitam apoio ou estímulo para ir à escola. Para chegar a essa conclusão, o estudo comparou a taxa de freqüência escolar por idade entre crianças que recebem e que não ganham o benefício. No caso das que têm entre 7 e 13 anos, receber ou não faz quase nenhuma diferença, já que mesmo as que não são beneficiadas têm taxa de escolarização superior a 95%. Ou seja, sem o incentivo, mais de 95% dessas crianças já estão na escola. No caso de crianças de cinco ou seis anos, porém, receber ou não faz mais diferença. Aos cinco anos, 82% das crianças beneficiadas estavam na escola, taxa que cai para 69% entre as não atendidas. Aos seis anos, os índices são, respectivamente, de 95% (beneficiadas) e 86% (não atendidas). A diferença volta a ser significativa a partir dos 14 anos. Aos 16, 92,3% dos que recebiam benefício em 2003 estavam na escola, enquanto, entre os que não recebiam, o índice caía para 82%. A Pnad mostra que 70,3% das crianças beneficiadas por um desses programas tinham entre 7 e 13 anos. Só 4,4% tinham cinco ou seis anos, enquanto 25,3% estavam na faixa etária de 14 a 17. "A principal explicação para isso é que, como a freqüência à escola no Brasil

já era muito alta para as crianças de 7 a 14 anos, o estímulo para estudar por causa de um auxílio monetário torna-se redundante", diz Schwartzman.

### **Benefício a famílias pobres**

pesquisa indica que, das 42,2 milhões de crianças de 5 a 17 anos no Brasil, 8,3 milhões (19,7% do total) pertenciam a famílias que recebiam benefícios sociais, enquanto outras 3,8 milhões já estavam inscritas nesses programas em 2003, mas ainda não haviam começado a receber o benefício. A maioria (52,3%) das crianças já beneficiadas era de famílias cuja renda média per capita as colocava entre as 20% mais pobres do país. As menores porcentagens de cobertura foram encontradas no Rio (só 7,7% das crianças de 5 a 17 anos) e em São Paulo (8,4%). Por serem Estados com renda maior do que a média nacional e menor proporção de pobres, era de se esperar que Rio e São Paulo apresentassem uma porcentagem menor de beneficiados. A proporção encontrada, no entanto, foi muito pequena mesmo quando comparada com outras unidades da federação de renda alta para os padrões brasileiros, como Rio Grande do Sul (14,8%) e Distrito Federal (14,2%). Os Estados com maior cobertura são Piauí (36,1%) e Maranhão (33,7%). Apesar de a Pnad não informar em qual programa a família está inscrita, Schwartzman afirma que, em todo o Brasil, as análises tratam principalmente do programa Bolsa-Família, do governo federal, o maior desse tipo no país.

### **Avaliação**

Para o ex-presidente do IBGE, os dados da Pnad sugerem que os programas sociais voltados à educação estão bem focalizados do ponto de vista da renda familiar dos beneficiados, apesar de haver algumas discrepâncias regionais. Ele afirma que o mesmo não pode ser dito da focalização nas crianças que mais precisam de apoio para ir à escola. "Uma política adequada de melhoria da educação básica deveria concentrar seus esforços na qualidade e no segmento de maior risco, que são os adolescentes que começam a abandonar a escola aos 14 e 15 anos. Programas sociais voltados para a educação são justificáveis como política de renda e de apoio a famílias pobres com crianças, mas seus impactos sobre a educação parecem duvidosos", diz Schwartzman. Segundo ele, porém, a "ausência de impacto significativo sobre o atendimento à escola e mesmo a ausência de controles eficazes de frequência não diminuem a importância do programa como política de distribuição de renda"



## Ministério diz que escola não é único objetivo

DA SUCURSAL DO RIO

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome comentou a pesquisa, por meio de sua assessoria de imprensa, e disse que a Pnad de 2003 não deve ser usada para avaliar o programa, já que a pesquisa foi feita em outubro do ano passado, mês em que o programa foi lançado. O Bolsa-Família unificou vários programas do governo federal, entre eles, o Bolsa-Escola.

Ainda segundo a assessoria de imprensa do ministério, os programas de transferência de renda não têm como objetivo único apenas colocar as crianças na escola, mas pretendem também erradicar a pobreza, garantindo proteção integral ao grupo familiar.

Para o ministério, um dos motivos da elevada taxa de atendimento das crianças de 7 a 13 anos é que as políticas educacionais, nos últimos anos, tiveram como ênfase o ensino fundamental, por meio de ações como o Fundef, o que levou os municípios a ampliarem mais o acesso a esse nível de ensino, enquanto o aumento da oferta de vagas para a educação infantil (de 0 a 6 anos) ficou abaixo da necessidade dessa população.

O ministério argumenta ainda que foi acertada a decisão do governo de criar o Bolsa-Família

porque o novo programa unificou todos os programas de transferência de renda até então existentes e garantiu, com isso, o benefício a todas as faixas etárias, e não mais direcionado a um grupo etário específico, beneficiando, assim, o público de zero a seis anos.

O Bolsa-Família, segundo o ministério, já atende 44,6% das famílias pobres (com renda até R\$ 100 per capita) do país. No Estado de São Paulo, o índice de cobertura do programa seria de 47,4%. No Rio, o índice de cobertura seria de 25,9%. Esses percentuais não seriam os menores do País, segundo os dados do ministério.

Em setembro deste ano, o programa atendeu 5.035.660 famílias, com o repasse de R\$ 346,7 milhões. Os principais programas unificados para gerar o Bolsa Família foram o Bolsa Escola, o Bolsa-Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás.

Ainda há famílias que recebem por esses programas e ainda não migraram para o Bolsa-Família. O repasse mensal desses quatro programas seria de R\$ 194,7 milhões.

O Bolsa-Família transfere para famílias com renda per capita mensal de até R\$ 50 um benefício básico de R\$ 50, além de um valor variável de R\$ 15 por filho de até 15 anos, por gestante ou por nutriz —mulher em fase de amamentação—, até o limite de R\$ 45. As famílias com renda de R\$ 51 a R\$ 100 recebem apenas o benefício variável, de acordo com a composição familiar, também com o limite de R\$ 45.

## Rio e São Paulo apresentam a maior distorção

DA SUCURSAL DO RIO

Os Estados do Rio e de São Paulo têm a menor proporção de beneficiados por programas sociais voltados para a educação entre os 20% mais pobres. Em todo o Brasil, 33% das famílias que estão entre as 20% mais pobres recebiam esse tipo de benefício. No Rio, essa porcentagem é de 15,3% e, em São Paulo, de 17,6%, mostra o estudo de Simon Schwartzman.

Quando se leva em conta as regiões metropolitanas, a proporção de beneficiados é ainda menor. No caso das regiões do Rio e de São Paulo, a porcentagem cai, respectivamente, para 6,1% e 8,6%. As maiores proporções nessas regiões são encontradas em Fortaleza e Salvador —24,4% e 22,7%, respectivamente.

No caso do Rio, há o agravante de que esses programas estão mal focalizados do ponto de vista da renda dos que são beneficiados. "O Rio aparece como a situação mais aberrante. Os recipientes de bolsas de educação neste Estado têm uma renda familiar per capita média de R\$ 193 reais por mês, em contraste com a média nacional de R\$ 110", diz Schwartzman.

Outro fato que chama a atenção nos números do Rio é que a renda média dos que em 2003 estavam inscritos (mas não eram beneficiados) era de R\$ 122 (37% menor do que a renda dos que já recebiam o benefício). Isso indica que a escolha dos que foram beneficiados até 2003 não privilegiou os mais pobres entre os pobres.